



A Grande Fábrica Produtora dos “Caras de Vinagre”

The Large Factory Production “Vinegar Faces”

JANE CRUZ PRATES*



No cotidiano, diz Lefebvre (1991), se expressam a decadência e a fecundidade, a miséria e a riqueza, a dualidade que articula em uma unidade, o conformismo e a atividade criadora e revolucionária. Contudo, atualmente parece predominar o desencanto e a perplexidade, afinal vivemos um momento de crise financeira internacional cujas estratégias terminam por proteger o capital financeiro e penalizar o emprego e o consumo, com impactos significativos na seguridade social e na vida da classe trabalhadora que depende de políticas sociais para manutenção das suas condições materiais de existência.

Mészáros (2006, p. 242) afirma que “certos fenômenos sócio-históricos específicos do capitalismo moderno são inflados até as proporções cósmicas de uma ontologia irracional, atemporal e metafísica”. No caso brasileiro, a sensação de derrota tem provocado um imobilismo que acentua a crise política de modo irresponsável, agravando a crise econômica, como destaca nota recente divulgada pela Confederação Nacional de Bispos Brasileiros CNBB (2015). Valendo-se das palavras do Papa Francisco (2015), a nota da CNBB afirma que o derrotismo nos transforma em “pessimistas lamurientos e desencantados com cara de vinagre”, expressão utilizada no título deste texto.

Na mesma nota, reportando-se à ameaça ao retrocesso que vivemos no Brasil, a CNBB manifesta-se contrária ao estado penal seletivo, às tentativas de redução da maioria penal, à flexibilização ou redução do estatuto do desarmamento e à transferência da demarcação das terras indígenas. A nota diz ainda que é inadmissível alimentar a crise econômica com uma crise política irresponsável e inconsequente. É preciso, sim, que antes de tudo sejamos responsáveis.

João Antonio de Paula (1998, p. 139) esclarece que as tendências do capitalismo administrado anglo-escandinavo-saxão, consideradas irreversíveis, levam autores como Habermas a buscar estratégias que garantam “a autonomia de uma esfera pública não estatal de modo a construir uma tecnologia sócio-política capaz de garantir/promover o consenso a partir de regras discursivas universais”. Tais regras acabam por secundarizar o conflito de classes, considerando anacrônica a centralidade atribuída ao trabalho, afirmando o fim das classes sociais e da luta de classes. E, na esteira pós-moderna, questionam a legitimidade de sujeitos clássicos da estrutura social, como os partidos políticos, os sindicatos e o próprio Estado, que dariam lugar a “novos sujeitos”, caracterizados pela “amorfa, fluidez”, “desideologia”, ausência de identidade coletiva, e defenderiam interesses locais, parciais e imediatos (PAULA, 1998, p.140). Os mesmos sujeitos que há pouco tempo atrás clamavam nas ruas do Brasil por menos Marx e menos Paulo Freire, os mesmos sujeitos que embora fizessem justas críticas contra a corrupção e demandassem mais

* **Jane Cruz Prates** é Bacharel, mestre e doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, coordenadora e professora do PPGSS e da FSS/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre – RS/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/1901733198724508>. E-mail: jprates@puccrs.br.

recursos para a saúde e para a educação, o que seguramente toda a população brasileira almeja, clamavam também pela volta da ditadura militar e pelo impeachment da presidente eleita pelo voto popular.

Não há dúvidas que é preciso ouvir as ruas, mas sem organização e politização as massas são facilmente utilizadas e malipuladas por processos de alienação que distorcem fatos, veiculam alguns e obscurecem outros, atendendo a interesses de grupos que detêm o poder, muitas vezes apoiados pela mídia, como bem destacou Marx (2002) ao relatar os intensos processos políticos vivenciados durante a Guerra Civil na França quando da experiência da Comuna de Paris, distorcidos e manipulados pela mídia burguesa.

Após a derrocada da Comuna de Paris, depois de brava luta de homens e mulheres para instaurar a cooperativa de trabalhadores associados, relata Marx que a imprensa burguesa internacional referiu-se aos combatentes de Paris como “um punhado de criminosos” (2002, p. 93); lamentou a perda de prédios ao invés das vidas, assim como na música de Chico Buarque que fala do operário que cai da construção atrapalhando o tráfego; rotulou-os de incendiários porque para defender-se contra metralhadoras protegiam-se desesperadamente usando o fogo. Não incendiavam por vandalismo, mas assim eram apresentados à opinião pública europeia da época, de modo a instigar a sua rejeição. A mesma imprensa silenciou diante da perseguição dos líderes do movimento, das torturas, dos fuzilamentos de reféns, das matanças em massa, relata Marx. E conclui: “A burguesia do mundo inteiro assiste com complacência a essa matança em massa depois da luta, treme de horror ante a profanação do ladrilho e do tijolo” (2002, p 106).

Na contemporaneidade não é muito diferente: “os valores-fetice permeiam a linguagem social e numa sociedade midiática como a sociedade burguesa tardia, eles se disseminam com maior intensidade e amplitude” (ALVES, 2011, p. 91). Bourdieu e Wacquant (2004), referindo-se ao imperialismo da razão neoliberal, afirmam que “esses lugares comuns ao serem ruminados pelos meios de comunicação transformam-se num senso comum universal”, mesmo quando exprimem de modo truncado processos ou realidades complexas. Desparticularizados e descontextualizados, às vezes sequer são reconhecidos por aqueles que os propagam, tamanha é a distorção, afirmam os autores.

O cotidiano, no tempo presente, também tem marcado suas expressões de miséria de modo trágico. Assistimos, perplexos, a morte de jovens em países europeus por grupos terroristas armados anteriormente pelos mesmos estados aliados que, em momentos anteriores, o fizeram no intuito de enfrentar outros grupos de mesmo tipo, talvez sem perceber que seus jovens seriam vítimas da mesma triste barbárie. Verificamos surpresos o extermínio de número significativo de seres humanos, também por grupos terroristas em condições similares, porém em países pobres africanos que sequer são mencionados pela mídia, como se essas perdas humanas não fossem relevantes. Aliás, Marx, na obra “A questão Judaica” (s/d), ao referir-se aos direitos humanos, já destacava a diferença entre os direitos do homem e do cidadão, questionando a separação entre aqueles considerados cidadãos, membros da sociedade civil: “do homem egoísta, do homem separado dos outros homens e da comunidade” (MARX, s/d, 56). Argumentava que o direito humano de liberdade é do homem enquanto “mônada isolada” e não enquanto ser social, humano genérico, que necessita do outro para realizar-se, para efetivar a sua humanização; conclui que não é a garantia do direito com o outro, mas no limite dado pelo outro, como se limita uma área de terra, ou nos pobres e restritos limites da propriedade privada (MARX, s/d, p. 57).

No Brasil, o capital deu uma demonstração não menos implacável de uma de suas orgias mais nefastas ao destruir a vida do Rio Doce com a ruptura da barragem de Mariana, em Minas Gerais, quando bilhões de litros de lama tóxica foram derramados, prejudicando 230 municípios que dependem dele para subsistência e trabalho, além de famílias inteiras e comunidades indígenas. Para quem não basta ofertar o aluguel provisório de casas ou reconstruir casas e praças, animais e plantas morrendo de sede e fome, presos no meio da lama, peixes mortos, um estrondoso prejuízo ambiental e do extermínio de grande parte da biodiversidade da região – são o resultado desse imenso desastre, cujas perdas são irreparáveis. Seguramente, muitos lucros foram obtidos pelas empresas associadas, nacionais e internacionais, por

longo período, mas os investimentos em proteção e prevenção para que desastres dessa gravidade fossem evitados não foram efetivados. Mas, como bem destaca Mészáros (2006, p. 21), “A teoria da alienação em Marx compreende as manifestações do estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo, de um lado, e às expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem de outro”.

Conforme o autor,

A alienação da natureza intensificada, - por exemplo a poluição – é impensável sem a mais ativa participação das ciências naturais no processo. Elas recebem suas tarefas da indústria alienada, na forma de metas de produção capitalista – isto é metas subordinadas às cegas leis naturais do mercado – desprezando as implicações e repercussões humanas últimas da realização de semelhantes tarefas (MÉSZÁROS 2006, p. 105).

Mészáros (2006) destaca que a verdadeira ciência humana, conforme a concebia Marx desde os Manuscritos de Paris, deveria integrar as ciências naturais, a filosofia, a economia política, etc. a partir de uma totalidade e uma prática social não mais caracterizada pela alienação que fragmenta e separa, pois a “ciência humana” requer precisamente essa integração. Embora os discursos relativos à integralidade e às concepções de intersetorialidade e interdisciplinaridade estejam na pauta de muitas políticas públicas como eixos centrais, sobretudo a partir da Constituição de 1988 e nos textos de muitos planos e programas, sua materialidade efetiva ainda se constitui um grande desafio a ser conquistado, embora a necessidade dessa integração já estivesse presente nos textos do jovem Marx como um princípio necessário à verdadeira ciência humana.

Numa sociedade onde o culto ao individualismo e ao fragmento cada vez se acentua mais e é estimulado, parece incoerente almejar a integralidade. Avaliações que contemplem a totalidade precisam contemplar análises interconectadas de impactos e riscos envolvendo áreas diversas, mas ao invés de sermos mais rigorosos no cuidado com projetos que ameaçam o meio ambiente e sua relação direta com as vidas humanas, estão em vias de votação a flexibilização dessa legislação para agilização de empreendimentos econômicos. Os interesses da vida humana coletiva são caudatários aos interesses do imperialismo econômico. O processo de planejamento, fundamental para o atendimento das necessidades humanas, é, para utilizar uma expressão marxiana utilizada em relação ao método hegeliano, colocado de cabeça para baixo ao privilegiar o econômico em detrimento do social.

O planejamento é ontológico ao ser social: assim como o trabalho, o homem se diferencia do animal exatamente porque intui antes de realizar aquilo que pretende executar. É célebre a frase de Marx, na obra “O Capital”, que diferencia o pior arquiteto da melhor abelha. Marx (1989, p. 202) afirma que “ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade”, ou seja, ele planeja. Os processos sociais, que conformam o planejamento cotidiano, estão sempre de alguma forma presentes, mesmo que os níveis de complexidade variem: a avaliação antes ou ex-ante, a execução e a avaliação depois ou ex-post. Realizamos esses processos cotidianamente ao decidir, por exemplo, pelo uso de um abrigo ou não, avaliando a temperatura do ambiente, antes de sair de casa.

Mas de que tipo de planejamento necessitamos para pensarmos coletivamente o atendimento de nossas necessidades humanas: o planejamento do tipo estratégico? Talvez, porque a divisão de poder é sem dúvida uma questão importante, mas será suficiente? O planejamento de grandes guerras que dizimaram povos foi sem dúvida estratégico, na verdade a palavra central é participativo. O professor Danilo Gandin (1993), inspirado em Paulo Freire, insiste há muito tempo a esse respeito, no que concerne ao planejamento na sala de aula que, diga-se de passagem, não pode ser deslocado de uma visão de mundo e de homem e precisa envolver todos os sujeitos no processo.

Na mesma direção, a pobreza dos países subdesenvolvidos, deslocada de suas determinações multicausais e sua análise realizada sem considerar seu caráter multidimensional, é vista como resultado da falta de acesso à educação. Mas, como bem destacam Frigotto, Ciavatta e Ramos,

Ainda que educação e desenvolvimento estejam sempre correlacionados, os países e as populações pobres não têm na educação básica e profissional a determinação fundamental de seu atraso e pobreza. Pelo contrário, sua pobreza está vinculada aos processos históricos de colonização e de reiterada subordinação aos centros hegemônicos do capitalismo que até hoje impedem que se desenvolvam autonomamente e possam ter a universalização da educação básica e uma educação profissional de qualidade (2009, p. 1312).

Vivemos tempos bicudos, somos cotidianamente ameaçados pela violência, pelos novos vírus, por super bactérias resistentes aos antibióticos, pela iminência de uma nova Guerra Mundial e pela grande fábrica/ indústria que insiste em se impor como inovadora no mundo do trabalho, embora não seja nada nova. Contudo, o toyotismo, com sua ideologia orgânica que captura a subjetividade via inovações tecnológicas, organizacionais e sociometabólicas, impõe novos elementos à luta de classes no século XXI, como afirma Giovanni Alves (2011), e precisamos estar atentos a eles.

As empresas de um modo geral, inclusive no setor público e na Universidade, tendem a orientar a gestão do trabalho pela lógica toyotista. A fábrica toyotista é enxuta, afirma Giovanni Alves (2011), e se caracteriza pela automação de integração, pela produção fluída, realizada por equipes polivalentes, e pelo abandono da organização do trabalho em postos fixos e especializados. Mas esse engajamento estimulado ocorre a partir da captura da subjetividade do trabalhador por meio de uma “série de dispositivos técnico-organizacionais que sustentam a produção fluída e difusa” (ALVES, 2011, p. 49). Como contraponto, esse processo institui um ainda mais precário mundo do trabalho, marcado pelo sobretabalho, pelo trabalho invisível e não pago, realizado no espaço do domicílio, pelo sofrimento e adoecimento do trabalhador.

A crise e o desemprego estrutural fazem com que as organizações sindicais percam poder de barganha e o medo do desemprego leve muitos trabalhadores a aceitarem condições aviltantes de trabalho, a naturalizarem a precarização do trabalho como resultado de uma crise abstrata cuja raiz não é associada ao modo de produção. E esse processo que acentua progressivamente desigualdades, precarizando a vida dos trabalhadores, é ainda mais grave para alguns segmentos, entre os quais as mulheres, como destaca estudo realizado por Rocha:

No relatório da OIT Segurança em cifras (2005) entre as causas das incapacidades no trabalho com problemas de músculos e coluna, as mais atingidas são as mulheres, os trabalhos pesados, de grande esforço físico, como o cultivo e a colheita tem provocado nascimentos prematuras e partos de crianças que nascem mortas (2008, p. 13).

Articulado a esses elementos técnico-organizacionais e como parte do processo de captura da subjetividade, associa-se o que Bourdieu e Wacquant (2004) chamam de imperialismo simbólico, ou seja, as artimanhas utilizadas pela razão imperialista para legitimar uma determinada produção simbólica, fora da qual tudo passa a ser considerado irrelevante.

O produtivismo, por exemplo, criticado pelo documento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPPS, intitulado *Contribuições da ABEPPS para o fortalecimento dos PPGS em Serviço Social no Brasil*, se difere da produção científica na medida em que, segundo o documento, corresponde à produção e publicação sem critérios de qualidade e seriedade acadêmica a fim de atender às exigências quantitativas das agências de fomento e demandas dos empregadores para atingir métricas artificiais. Nesse sentido, essa forma alienada de produção, ou produtivismo, superficializa as produções, na medida em que as reduz a processos descritivos com pouca densidade crítico-explicativa, pela pressão dos resultados (ABEPSS, 2014). Diz ainda o documento que:

O produtivismo torna-se evidente na assinatura de artigos entre docentes e discentes indiferenciadamente, na repetição da publicação de textos que apresentam apenas título e alguns aspectos formais diferentes, na assinatura de textos que não foram elaborados por um dos autores, nas fraudes, expedientes que devem ser combatidos sem tréguas e que caminham na contramão dos princípios éticos que orientam a área. As implicações deste produtivismo desqualificam a área porque potencializam a concorrência entre os pares, fortalecem o individualismo e reafirmam a dimensão técnica no atendimento das exigências do padrão empreendedor do PNPg, bem como ampliam a assimetria entre os programas (ABEPPS, 2014, 6).

Para a ABEPPS, portanto, pesquisar e produzir conhecimento não é o mesmo que o produtivismo, “visto que este responde a uma demanda tecnocrática e exclusivamente métrica”, enquanto a pesquisa e a produção do conhecimento e a necessária socialização via produção de artigos, livros, relatórios de pesquisa e outros produtos precisam ter o adensamento ético-político e teórico-metodológico que requer tempo e reflexão para serem efetivados com a qualidade que esse nível de produção exige.

Enquanto o produtivismo precariza a vida do professor, reduz o potencial de qualidade das produções, desqualifica o produto do trabalho, desencanta e desestimula o trabalhador, a produção dá visibilidade aos estudos realizados, socializa os achados efetivados, contribui para a produção do conhecimento, para o fortalecimento das áreas, da ciência e para a busca de respostas ao atendimento das necessidades humanas, acrescenta e contribui para a formação permanente do trabalhador.

Segundo Marx, “Uma nação que procura desenvolver-se espiritualmente com maior liberdade não pode continuar vítima das suas necessidades materiais, escrava do seu corpo. Acima de tudo, precisa de tempo livre para criar e fruir da cultura” (MARX, 1993a p 112), porque o homem preso a grosseira necessidade, diz Marx nos “Manuscritos de Paris” (1993), terá sempre seus sentidos limitados, e é através dos sentidos que capturamos o mundo para transformá-lo e nos transformarmos nesse intercâmbio.

Nunca, como no tempo do fetichismo exacerbado, mascarado pela tecnologia, foi tão importante desocultarmos as contradições desses processos que limitam nossa busca pela sistemática e necessária humanização. Não se pode negar a importância do desenvolvimento tecnológico e da pertinência acerca da apropriação dessas ferramentas, mas não podemos alçá-las a patamares maiores do que ferramentas, porque, como tais, sua utilização depende do modo como as utilizamos, do atendimento efetivo a interesses e necessidades coletivas, ou dos projetos ético-políticos que lhes dão sustentação.

Marx (1989) já destacava na obra “O capital” que seria possível “escrever toda uma história de invenções, a partir de 1830, com o único propósito de suprir o capital de armas contra as revoltas dos trabalhadores”, destacando o caráter contraditório do desenvolvimento tecnológico, mesmo porque a universalidade do acesso a esse desenvolvimento não é garantida e a apropriação privilegiada do capitalista aumenta sua capacidade de competitividade. A inovação acelerada torna rapidamente obsoletos os meios de produção e os bens de consumo: a tecnologia, portanto, na visão marxiana, é básica para o aumento da produtividade e dos lucros e, portanto, diferencial competitivo.

Contudo, destaca que,

A produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança mais rapidamente do que a transformação técnica do processo de produção, acelerada com o progresso da acumulação, e do que o correspondente decréscimo proporcional do capital variável em relação ao constante.” (...) “O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao

trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital” (MARX, 1989, p. 738).

E complementa, explicitando a Lei geral de acumulação capitalista, que,

A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa de superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho e ainda quanto maior essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo (p. 747).

A crise econômica e política tem elevado internacionalmente as taxas de desemprego, os níveis de violência, as migrações involuntárias, ampliando fundamentalismos e retrocessos na conquista de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Na obra “A Guerra Civil na França”, Marx é enfático ao destacar que durante as crises “a justiça e a ordem burguesa aparecem em todo o seu sinistro esplendor onde quer que os escravos e os párias dessa ordem ousem rebelar-se contra os seus senhores. Nesses momentos, destaca Marx (2002, p. 102) “(...) essa civilização e essa justiça mostram o que são, selvageria sem máscara e vingança sem lei”. Essa selvageria, no entanto, precisa ser desfetichizada, sistematicamente desnaturalizada e, nesse sentido, as pesquisas e reflexões críticas que articulam teorias explicativas a dados concretos de realidade são fundamentais.

A Revista Textos e Contextos (Porto Alegre), em seu número 2, volume 14, encerra o ano de 2015 apresentando ao público 16 artigos, oriundos de 10 estados brasileiros e dois de países estrangeiros. Este volume foi subdividido em 5 eixos: Eixo 1 – Serviço Social, pesquisa e questão social; Eixo 2 – Trabalho, educação e luta de classes; Eixo 3 – Proteção Social na América Latina e Caribe; Eixo 4 – Saúde e Família; Eixo 5 – Gênero e mediações.

O artigo que abre a Revista, também é apresentado em língua inglesa, intitula-se “Pesquisa e Serviço Social” e ressalta a relevância da investigação para o desocultamento das contradições constitutivas da questão social e que estão na origem das desigualdades reproduzidas pela ordem burguesa madura. Os autores, além de enfatizarem a categoria totalidade, problematizam as particularidades da pesquisa em Serviço Social nesse contexto contraditório. Ainda no **Eixo 1**, que versa sobre **Serviço Social, pesquisa e questão social**, apresentamos mais dois artigos.

O segundo artigo, “Questão social e Serviço Social: uma análise dos periódicos da área”, apresenta um estudo misto acerca dos fundamentos do Serviço Social, a partir da pesquisa de 11 periódicos e 324 artigos. Adota a questão social como elemento articulador de debate das principais teses da área sobre a centralidade na questão social na formação graduada.

Finalizando o primeiro eixo, o terceiro artigo, “Apontamentos acerca da gestão da criminalização da questão social: o cenário contemporâneo brasileiro”, aborda o sistema punitivo brasileiro. As autoras recuperam as particularidades sócio-históricas brasileiras, especialmente da questão social referentes a aspectos étnicos, regionais e culturais, articulando-os a uma análise crítica do sistema penal no contexto da sociedade contemporânea de modo a elucidar seu caráter seletivo.

O **Eixo 2 - Trabalho, Educação e Luta de Classes** é composto por 4 artigos. O primeiro intitula-se “Qual o papel da formação teórico-política na construção da consciência de classe?” e problematiza o processo de alienação. O autor ressalta a importância da preparação mais efetiva de trabalhadores e, em especial, daqueles compromissados com movimentos sociais, partidos e sindicatos para o enfrentamento das armadilhas impostas cotidianamente pelo capital.

O segundo artigo do eixo 2 intitula-se “O trabalho no contexto da reestruturação produtiva: determinações históricas e a relação com a saúde” e efetua uma análise do trabalho em suas dimensões universais e suas transformações no modo de produção capitalista, destacando as implicações do processo

saúde-doença, especialmente após as alterações tecnológicas nas formas de gestão e organização do trabalho a partir da reestruturação produtiva, onde se incluem os processos de terceirização.

O terceiro artigo desse eixo, intitulado “A educação crítica e cidadã no PET economia UFES”, apresenta o funcionamento e algumas atividades desenvolvidas pelo PET Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, caracterizadas pela criatividade e pelo estímulo a processos sociais emancipatórios, articulando ensino, pesquisa e extensão. Finalizando o eixo 2, apresenta-se o artigo “A crise do capital e seus rebatimentos para a produção de conhecimentos”, que problematiza a mercantilização da produção do conhecimento e o modo como esse tema pode ser inserido no Serviço Social.

O **Eixo 3 – Proteção Social na América Latina e Caribe** articula três artigos: o primeiro de autora-pesquisadora brasileira e versa sobre a América Latina e o Caribe; os outros dois, respectivamente, aportados por um pesquisador argentino e por uma pesquisadora uruguaia. O primeiro, intitulado “Dimensões qualificadoras dos Programas de Transferência de renda na América Latina e Caribe”, apresenta resultados de estudos realizados pelo GAEP da UFMA e debate os programas de transferência de renda contemplando aspectos como a pobreza intergeracional, o território como espaço de focalização, a racionalidade gerencial como paradigma de gestão e utilizados como estratégias de regulação pelo capitalismo. O segundo artigo, “Protección Social y transformaciones de las Políticas Sociales em Argentina”, analisa criticamente as características do sistema de proteção social na Argentina e os diferentes programas de enfrentamento à pobreza implementados a partir dos anos 1990 e as transferências de renda para famílias e jovens a partir de 2003, especialmente o Programa Argentina Trabaja. Encerrando o eixo 3, no artigo “El resurgir de viejos fantasmas: política asistencial y mundo deltrabajo”, a pesquisadora uruguaia faz uma análise crítica do processo de focalização das políticas assistenciais relacionadas ao trabalho a partir da experiência uruguaia de análise da relação entre inserção no mundo do trabalho e transferências condicionadas de renda.

O **Eixo 4 – Saúde e Família** reúne três artigos. O artigo que abre esse eixo intitula-se “Família no Estado Democrático de Direito: o material e o simbólico na reprodução da ordem”, cujos autores, orientados por uma perspectiva marxista, buscam aportar reflexões sobre a retomada da família nas políticas sociais, destacando as contradições decorrentes da instituição do Estado Democrático de Direito num contexto de avanço do neoliberalismo e da transição do fordismo para a acumulação flexível. O segundo artigo, “Programa Saúde na Escola: Interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil”, busca problematizar a promoção à saúde como uma estratégia para a superação de ações meramente curativas a partir da articulação da Estratégia Saúde da Família e a escola. O estudo analisa a materialidade das ações de promoção da saúde realizadas pelo PSE a partir de pesquisa documental e bibliográfica. O terceiro artigo, “Acolhimento e acesso aos direitos sociais: assistência a pacientes em cuidados paliativos oncológicos”, mostra, a partir de estudo qualitativo realizado em Belém do Pará com 12 participantes, a relevância do acolhimento efetivado através do trabalho do assistente social, como parte da Política Nacional de Humanização (PNH), contribuindo para o acesso aos direitos sociais.

Por fim, o **Eixo 5 – Gênero e Mediações** é composto por três artigos. No primeiro, intitulado “Gênero e tendências contemporâneas: uma análise do Seminário Internacional Desfazendo Gênero”, as autoras fazem uma análise crítica acerca das produções apresentadas no Seminário, cuja maioria tem forte influência da teoria Queer e uma perspectiva subjetivista, segundo a avaliação das pesquisadoras, favorecendo a ordem do capital. O estudo analisa uma amostra composta por 51 produções apresentadas no seminário realizado em Natal. O segundo artigo que compõe o eixo 5, “Gênero e justiça social multidimensional: fundamentos ético-políticos da política nacional para mulheres”, busca equacionar se o III Plano Nacional de Políticas para Mulheres de 2013 possui consistência e alcance para contemplar as complexas demandas do início do século XXI. Encerrando o eixo 5 e este número da Revista Textos e Contexto, no artigo intitulado “A questão de gênero na relação com a AIDS: a maternidade em foco”, que

é resultado de pesquisa de mestrado, os autores problematizam a relação conflituosa entre a questão da maternidade e a Aids vivenciada por mulheres infectadas pelo vírus HIV/AIDS.

Desejamos a todos e a todas uma boa leitura!

Porto Alegre, verão de 2015.

Referências

- ABEPSS, **Contribuições da ABEPSS para o fortalecimento dos PPGS em Serviço Social no Brasil**. Natal, 2014. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/up/file/Documento%20para%20Programas%20de%20P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o%20e%20C%81rvore%20do%20conhecimento.pdf>
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011
- BOURDIEU, Pierre. WACQUANT, L. **O imperialismo da razão neoliberal**. 2004. Disponível em resistir.info/franca/bordieu_set04.html
- CNBB, Nota CNBB sobre o contexto Nacional, 2015. Acessível em: <http://www.ais.org.br/informacao/noticias/item/991-cnbb-nota-sobre-o-momento-nacional>
- COSTA, Marcia da Silva. **Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira**. Cad. CRH, vol.23, n.58, Salvador, Apr. 2010.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *Vocational Education and Development*. In. **UNESCO**. *International Handbook of Education for Changing World of Work*. Bom, Germany, UNIVOC, 2009.
- GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1993.
- LEFEBVRE, H. **Lógica Forma/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MARX, K. **A guerra civil na França**, 2002. Acessível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/guerracivil.pdf>
- MARX, K. A questão Judaica. Santa Catarina: Achiamé, s/d.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos e Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993
- MARX, K. **A Ideologia Alemã**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1993a.
- MARX, K e ENGELS, F. **O Capital**. 13 ed. Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PAULA, João Antonio de. A atualidade do programa do Manifesto. In: MARX, K e ENGELS, F. et al. **O manifesto do Partido Comunista, 150 anos depois**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- ROCHA, Euda, Kaliani G. T. **Desigualdade também no adoecimento: mulheres como preferencial das síndromes do trabalho**. XVI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Minas Gerais, 2008. Acessível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1215.pdf